

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

*REVISTA DE HISTÓRIA  
DAS IDEIAS*

VOL. I



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1977

# MANUEL BORGES CARNEIRO

## E A TEORIA DO ESTADO LIBERAL

### AS RAÍZES DISTANTES DO DEBATE

1. O triunfo dos princípios liberais produziu uma ordem política que se opunha, pelas realizações institucionais e pela prática governativa, à concepção do poder que durante séculos fora comum a toda a Europa. Marcou assim, à escala da vida pública, a vitória de uma nova ideia do homem e da felicidade. Mais: reformulou a teoria do direito à felicidade e da aptidão do indivíduo para a construir.

Foi longo, e por vezes árduo, o caminho percorrido pela Europa até ao limiar da ideologia liberal (1). A queda do império romano do Ocidente correspondeu, pelo lado dos acontecimentos políticos e militares, ao clima de decadência que atingira a sociedade contemporânea e a afectara não só nas estruturas mais profundas, mas nas ideologias mais «sagradas». A ausência de um ideal criador e da própria capacidade de criação trouxe consigo, como sempre acontece, o desmoronar de todo o edifício político-social. Podemos dizer, portanto, que os ataques dos «bárbaros», tanto como a crise interna, foram determinantes, numa proporção de igualdade, do desaparecimento, no Ocidente, do mundo antigo.

Na nova época então iniciada, teve o cristianismo um papel preponderante. Podemos considerá-la, de certo modo, como o resultado de séculos de luta pela afirmação dos princípios cristãos — luta, ela mesma, processada no meio dos conflitos ideológicos e socioeconómicos que perturbavam a sociedade romana. Os primeiros cristãos, com efeito, foram perseguidos porque se recusaram a adorar o imperador

---

(1) Ver PROF. SILVA DIAS, *A política cultural da época de D. João III*, vol. 1, Coimbra, Universidade, 1969, cap. 1.

como um deus, pondo assim em causa a fundamentação e extensão do poder imperial. Pelo vital e radicado das crenças, nem as prisões nem o sangue dos mártires os fizeram recuar. Com os Apologetas, defenderam o valor das ideias cristãs perante os filósofos pagãos. A vitória, no campo religioso, concretizar-se-ia quando Teodósio, pouco antes das grandes invasões, ordenou o encerramento dos templos dos deuses. Era já, portanto, digna de nota a importância cultural, social e religiosa do cristianismo nos últimos anos do império de Roma. As circunstâncias concederam-lhe o domínio político. Não cumpre apreciar aqui se para bem, se para mal.

O pânico gerado no Ocidente pelas vitórias dos povos de Norte e Leste foi acompanhado de um sentimento de culpa e de esperança, de índole cristã. Santo Agostinho considerou as provações a que estavam submetidos os povos como meios de que Deus se servia para disciplinar os fiéis. Átila foi chamado o «flagelo de Deus». Acreditou-se que o fim do mundo e a parúsia estavam próximos.

Não admira, pois, o papel de proeminência que naturalmente a Igreja exerceu nesta sociedade em ruínas. Era a única instituição à sombra da qual os homens poderiam encontrar refúgio, e que oferecia um ideal de esperança para as dilacerações terrenas. «Única força organizada, depositária no Ocidente das tradições administrativas e culturais de Roma, beneficiando de uma autoridade moral crescente, e em breve possuidora de riquezas consideráveis, a Igreja vê-se solicitada e até mesmo praticamente obrigada a suprir as fraquezas das sociedades bárbaras» (1).

Este papel, assumido pela hierarquia cristã num momento concreto e que se mostrara profícuo para superar determinados acontecimentos, manteve-se durante séculos. E a continuidade gerou uma situação que hoje, justamente, se reputa abusiva. A sua missão era de carácter essencialmente espiritual, mas empenhava-se na solução dos problemas temporais dos homens. Informou assim, culturalmente, toda a sociedade com a sua perspectiva sectorial da realidade. O mundo foi encarado como um «vale de lágrimas» e a humanidade, decaída, peregrina na terra, onde merecia os valores que só se realizariam na eternidade.

---

(1) LÉOPOLD GÉNICOT, *Linhas de rumo da Idade Média*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1963, p. 86.

2. Estas premissas «religiosas» tiveram sequelas políticas e sociais. A interacção da ideologia e da sociologia é uma constante histórica. E a Igreja, como instância institucional do cristianismo, que ao mesmo tempo interpretou e lhe determinou a praxe, modelou, ou ajudou a modelar, a sociedade e o estado de uma certa maneira. E foi com essa modelação, perpetuada e reajustada ao longo dos séculos, que o liberalismo teve de se confrontar — de se confrontar confundindo o que devia distinguir, mas que na realidade ela também tinha à sua frente confundido.

Colocando o eixo do mundo na eternidade e considerando Deus como o polo convergente de toda a vida humana, a Igreja, porque depositária da verdade e representante, através da sua hierarquia, da própria divindade na terra, atribuiu-se o lugar de mentora e guia de toda a humanidade. Os reis eram havidos por lugares-tenentes de Deus, isto é, da Igreja, e tinham por missão guiar os povos para a sua felicidade última; o seu poder vinha de Deus mediante a sanção da Cúria de Roma. Lembremos, por exemplo, o presente de Afonso Henriques ao papa para que lhe fosse reconhecido o título de rei. E lembremos as teses de Frei Álvaro Pais.

Esta acentuação da perspectiva extra-temporal dos acontecimentos trouxe o desinteresse pela construção da «cidade dos homens», como valor em si. Tornava-se prioritário, neste contexto, fazer o homem consciente da sua pequenez intrínseca e da sua nulidade fora de um plano escatológico.

Enquanto o Ocidente lutou para opor um dique aos invasores e se empenhou na conversão dos que, pacificados, se iam estabelecendo nos diversos territórios do antigo império, a história do continente processou-se dentro de uma relativa regularidade. Nem as lutas entre o império e o papado, nem as heresias que despertaram por aqui e por ali, alteraram profundamente o panorama da Europa, uma vez que não puseram em causa as concepções últimas em que assentava a sociedade. A dimensão do homem permaneceu tal como tinha sido apresentada pela Igreja, quando, levada pelos acontecimentos, fora intervindo cada vez mais na vida colectiva. Precisamente quando se pôs em causa este fundamento, sentiu-se que uma nova era despontava. O fenómeno esboça-se no século XV, acentua-se (e dramatiza-se) no século XVI, afecta as próprias vigências ideológicas tradicionais na cultura do século XVII, para atingir o ponto agudo no século XVIII.

Terminados os ataques dos «bárbaros» e afastado o perigo muçulmano, rasgaram-se para o europeu novos campos de acção e, simul-

taneamente, nasceu um novo espírito. A Itália abriu os seus portos ao comércio; ao lado dos guerreiros e agricultores, surgiu uma nova classe de homens, empenhada numa actividade dependente, quase exclusivamente, do espírito de iniciativa e aventura de cada um, e que, por fim último, tinha o aumento de riqueza dos que a ela se dedicavam. Para estes homens, directamente interessados na aquisição de bens terrenos, não fazia sentido a negação do valor da realidade, do homem como valor em si, da felicidade como algo para aqui a para agora. Decorre assim uma mutação nas ideias que informavam a época e lhe davam característica e individualidade próprias. Ao homem que aguenta o presente com os olhos no eterno, sucede o homem que, vivendo plenamente o presente, conquista a imortalidade na História.

Esta mudança objectivou-se, em primeiro lugar, no campo cultural, com o advento do humanismo cisalpino, e sentiu-se de maneira violenta na Igreja Católica, ao ser abalada pela Reforma. De um modo e de outro, combinava a exaltação da razão (Descartes marca a cisão definitiva com a escolástica, opondo o poder da razão ao princípio de autoridade) e a valorização da experiência e da observação, e atingia finalmente o campo político com o estabelecimento do estado de direito liberal. A transformação das superestruturas da sociedade, que se desencadeara sob a pressão imediata de forças vindas do exterior na passagem da antiguidade para a época medieval, assume agora o aspecto de uma necessidade de resposta a problemas concretos, sentidos por um determinado grupo social.

3. É difícil, senão impossível, desfiar as circunstâncias determinantes desta evolução, tanto ela é subsidiária dos eventos e das ideias, e tanto as ideias e os eventos se imbricam. Se os primeiros envolvem e arrastam os homens, as segundas são o modo destes os dominarem; na maneira como o indivíduo ou a sociedade agem perante uma situação concreta, se nota a conformidade com um determinado esquema ideológico ou a decadência deste, e o despontar de outra luz no horizonte da História.

Foi essencialmente diferente o espírito com que os portugueses e italianos se lançaram na aventura do mar — diferença explicável, talvez, pela diversidade social dos grupos que nela se empenharam. Em Portugal, foi a aristocracia que partiu para a conquista de novas terras, sem dúvida com a ideia de enriquecimento, mas também levada por um ideal de cruzada. Em Itália, este último factor está completa-